

DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: estado da arte

HUMAN RIGHTS OF WOMEN WITH DISABILITIES IN BRAZIL: State of the Art

Joyce Luciane Correia Muzi¹

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa do tipo estado da arte realizada a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de identificar, sistematizar e analisar a produção acadêmica brasileira sobre direitos humanos das mulheres com deficiência. Foram localizadas 155 dissertações e teses (1985–2025), das quais 69 foram analisadas por abordarem diretamente a deficiência como questão social, política e ética. As produções revelam um campo em consolidação, no qual os direitos humanos emergem de forma explícita nas discussões sobre políticas públicas, acessibilidade, trabalho e educação, e de modo implícito nas experiências de corpo, maternidade, sexualidade, cuidado e subjetividade. As análises indicam forte presença feminina na autoria e uma predominância das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Apesar dos avanços, persistem lacunas teóricas e empíricas nas abordagens interseccionais, sobretudo quanto à violência, aos direitos sexuais e reprodutivos e à participação política das mulheres com deficiência. Conclui-se que a consolidação de uma agenda feminista e anticapacitista de pesquisa é fundamental para a efetivação dos direitos humanos desse grupo no Brasil.

Palavras-chaves: Pessoas com Deficiência; Interseccionalidade; Estudos Feministas; Justiça social.

ABSTRACT: This article presents the results of a state-of-the-art study conducted using the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), with the aim of identifying, systematizing, and analyzing Brazilian academic production on the human rights of women with disabilities. A total of 155 master's theses and doctoral dissertations (1985–2025) were identified, of which 69 were analyzed for directly addressing disability as a social, political, and ethical issue. The findings reveal a field in the process of consolidation, in which human rights emerge explicitly in discussions on public policies, accessibility, work, and education, and implicitly in analyses of embodied experiences, motherhood, sexuality, care, and subjectivity. The analyses indicate a strong female presence among authors and a predominance of studies in the Humanities and Applied Social Sciences. Despite advances, theoretical and empirical gaps persist in intersectional approaches, particularly regarding violence, sexual and reproductive rights, and the political participation of women with disabilities. The study concludes that consolidating a feminist and anti-ableist research agenda is essential for the effective realization of the human rights of this group in Brazil.

Keywords: Persons with Disabilities; Intersectionality; Feminist Studies; Social Justice.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Docente Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba joyce.muzi@ifpr.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-6897-1634> <http://lattes.cnpq.br/3603583957596083>

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar os resultados do levantamento do tipo estado da arte realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre os direitos humanos das mulheres com deficiência no Brasil, com o propósito de identificar, sistematizar e descrever a produção acadêmica existente, destacando temas, perspectivas teóricas e metodológicas abordadas nas pesquisas e as eventuais lacunas no que diz respeito ao tema do ponto de vista acadêmico. Falar sobre os direitos humanos das mulheres tem sido uma necessidade cada vez mais urgente. Ainda que muitas pessoas defendam que “os direitos humanos” nasceram para incluir todas as pessoas, sabemos que na prática, em especial nas realidades brasileira e latino-americana, isso não se efetiva. Nos deparamos cotidianamente com episódios de violações de direitos das mulheres, que se agravam se se considera a perspectiva da interseccionalidade.

A consolidação dos Direitos Humanos como eixo ético e político das Ciências Sociais e Jurídicas tem ampliado o debate sobre inclusão, equidade e justiça social. Entretanto, as mulheres com deficiência permanecem, em grande medida, invisíveis nas políticas públicas e na produção acadêmica brasileira. O presente artigo parte desse diagnóstico e busca compreender como a deficiência, articulada a marcadores como gênero, raça, classe e território, aparece na pesquisa nacional contemporânea. Este trabalho, ainda inicial, se justifica justamente devido à urgência de integrar gênero, deficiência e Direitos Humanos como campo de análise crítica e transformadora. Compreender o estado da arte dessa produção é um passo essencial para orientar futuras pesquisas e políticas comprometidas com a dignidade, a autonomia e a igualdade substantiva das mulheres com deficiência no Brasil.

1. MARCO TEÓRICO

No que tange à questão dos Direitos Humanos de meninas e mulheres, a despeito de todas as ferramentas internacionais e nacionais que visam à erradicação de todas as formas de violência, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979) e como a Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994), por exemplo, ainda estamos muito longe de vivenciar o respeito pleno às suas existências. No

Brasil, lutamos cotidianamente para que as meninas e mulheres tenham seus direitos básicos garantidos.

Em artigo recente a professora, jurista e pesquisadora Salete Maria da Silva (2022) nos explica:

...seguem sendo (in)tensas as relações e reflexões em torno da gramática dos direitos humanos e das questões de gênero e diversidade, haja vista que a realidade fática, marcada pelas assimetrias de gênero, especialmente no Brasil, têm evidenciado que as mulheres ainda estão longe de exercerem plenamente diversos direitos elementares, dentre os quais é possível elencar alguns que continuam a exigir reflexões, tensionamentos, vigilâncias e reivindicações constantes, tais como o direito à uma vida livre de violência, à igualdade de gênero plenamente garantida no âmbito social, político e laboral, os direitos sexuais e reprodutivos, tão negados e vilipendiados pelo próprio Estado, os direitos econômicos e culturais, dentre outros (IPEA, 2018). (Silva, 2022, p. 15)

A ativista e promotora legal popular Maria Amélia de Almeida Telles nos explica que os direitos das mulheres acompanharam os avanços em todos os âmbitos (social, econômico, político, cultural), e, embora ainda haja muito o que se caminhar, para ela

O reconhecimento dos direitos humanos delas foi o grande avanço na última década do século XX. Conquistou-se um instrumento com força transformadora tanto no plano pedagógico e preventivo como no político. Preservar tais conquistas, não deixá-las se perderem no processo de dispersão e retrocessos em que ainda vive grande parte da população feminina são imperativos dos direitos humanos das mulheres sob a ótica de gênero. (Telles, 2017, s.p.).

Ao reconhecer que nem todas as mulheres têm seus direitos humanos respeitados, considerando as diferenças de classe, raça/etnia, deficiência, origem, religião, orientação sexual, idade etc., ela lembra que “...convivemos ainda com os resquícios patriarcais que estimulam os preconceitos contra a população feminina, introjetados na mentalidade e nas práticas políticas estatais e da própria sociedade...” (Telles, 2017, s.p.), o que acaba por colocar um grande número de mulheres em condição de subalternidade em relação aos homens. Salários menores, postos de trabalho inferiores, pobreza extrema, abusos físicos e psicológicos são algumas das violências com as quais convivemos e que atingem as mulheres e as meninas, apesar dos avanços e mecanismos para coibi-las, nacional e internacionalmente. Graças aos movimentos feministas e de mulheres atualmente podemos falar em pautas que dizem respeito às mulheres e meninas e suas interseccionalidades,

porém ainda temos que estar vigilantes, e para isso a educação se torna fundamental. Nos explica Silva:

Considerando que o processo de conquista dos direitos humanos das mulheres envolveu lutas históricas [sic] e ainda hoje exige ações e reflexões que possibilitem mudanças de mentalidades e comportamentos, não restam dúvidas de que a educação, em quaisquer dos seus níveis, pode e deve jogar um papel importante neste sentido (ZENAIDE, 2005; CANDAU, 2012). *Porém, terá que ser uma educação em e para os direitos humanos que também opere com perspectiva de gênero e a partir de lentes e críticas feministas* (LIMA; BOEIRA, 2019) [...] a construção, ampliação e consolidação dos referidos direitos requerem ações em diversas frentes (BENEVIDES, 2016), dentre elas o campo educacional e, neste contexto, a educação formal, *inclusive em nível superior, a quem compete assumir responsabilidades, contemplando em seus conteúdos a temática dos direitos humanos* (BENEVIDES; AMORIN; REGO, 2018)... (Silva, 2022, p. 12-13. Grifos nossos.).

Se considerarmos marcos internacionais voltados à proteção de PcD, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU é nossa principal referência. Este tratado internacional aprovado em 2006 e ratificado pelo Brasil em 2008 com status de emenda constitucional, visa garantir a todas as PcD direitos e liberdades fundamentais, promovendo respeito e participação plena na sociedade. Em documento de 2016 consta que:

Ao consagrar à Convenção, com força Constitucional o Estado brasileiro se comprometeu diante do cenário internacional e internamente, a eliminar barreiras, relacionadas tanto a atitudes quanto ao ambiente, que possam impedir a participação plena e efetiva dos cidadãos com alguma deficiência na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Assumiu o compromisso de garantir a essa parcela da população políticas públicas que promovam autonomia, independência, igualdade de oportunidades, acessibilidade, inclusão social e o combate à discriminação (Brasil, 2016, p. 9)

Fica garantido que as PcD precisam de um olhar equitativo por parte do Estado para justamente ter sua dignidade garantida. No mesmo documento se estabelecem as diretrizes do marco legal fundamental em nosso país - a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBIPcD).

...a LBI é resultado de uma construção coletiva e avançou, entre outros pontos, ao ampliar a punição para quem desrespeita os direitos desse segmento da população, ao mudar a avaliação de pessoas com deficiência que reivindicam benefícios e direitos sociais e ao proibir atos discriminatórios, como cobrar mensalidade mais cara de alunos com deficiência (Brasil, 2016, p. 10)

O fato é que se se observa a condição das PcD no Brasil do ponto de vista das interseccionalidades, percebemos que muitos são os agravantes para que mulheres com deficiência tenham prejuízos na/para a garantia de seus direitos fundamentais. Segundo o IBGE (2025), em 2022 havia 14,4 milhões de pessoas com deficiência (PcD), o que corresponde a 7,3% das 198,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade na população. As mulheres com deficiência somavam 8,3 milhões, número superior ao de homens, que era de 6,1 milhões, o que se reproduz em todas as Regiões: o número de mulheres com deficiência supera o de homens com deficiência. Segundo o Relatório, uma das hipóteses para esse dado seria o fato de as mulheres viverem mais (IBGE, 2025). Ainda segundo o levantamento, somente na faixa etária entre 2 e 14 anos o número do sexo masculino supera o do feminino. Após os 15 anos, o percentual de mulheres sempre supera o de homens.

De acordo com os dados analisados, entre a população indígena, estimada em 1,6 milhão de pessoas, 7,9% declararam possuir algum tipo de deficiência, o que corresponde a aproximadamente 126,4 mil indivíduos. Embora, em números absolutos, o contingente de pessoas com deficiência seja muito mais expressivo no conjunto da população brasileira, a taxa proporcional entre os povos indígenas é 8,2% superior à observada na população total, o que indica que as pessoas indígenas são proporcionalmente mais atingidas pela deficiência, revelando um quadro de desigualdade estrutural que se expressa na intersecção entre pertencimento étnico, condições socioeconômicas e determinantes sociais da saúde. A maior incidência de deficiência entre os povos indígenas pode estar relacionada a fatores como o acesso precário a serviços básicos de saúde, saneamento e educação, bem como à persistência de contextos de violência territorial, ambiental e institucional.

Do mesmo modo quando olhamos para os dados relativos à raça/cor das pessoas com deficiência vemos que o número de pessoas negras (pretas e pardas) é de 2,3 milhões, o que corresponde a 16% do total de PcD no Brasil. Este número parece estar subestimado, uma vez que o número total de pessoas que se autoidentificam como pretas e pardas em nosso país era em 2022 de 57%, mais de 112 milhões de pessoas. O relatório não fornece o dado cruzando raça/cor e gênero, o que dificulta nossa análise de quantas PcD são mulheres negras e quantas são não negras. Além disso a palavra “gênero” só aparece uma única vez em todo o relatório (IBGE, 2025). Essa perspectiva interseccional nos interessa justamente porque tais elementos evidenciam que a deficiência não pode ser compreendida de forma

isolada, mas deve ser analisada à luz das múltiplas formas de opressão que incidem sobre as mulheres, pessoas negras e indígenas. A conjunção entre racismo estrutural, colonialismo, machismo/misoginia/sexismo e capacitismo produz um cenário de vulnerabilidade ampliada, em que a deficiência emerge tanto como consequência das desigualdades históricas quanto como um marcador adicional de exclusão social.

Diante desses dados destacamos a importância de trazer a invisibilidade histórica das mulheres com deficiência nas políticas públicas e na produção acadêmica sob a ótica da interseccionalidade entre gênero, deficiência, classe, raça, idade, dentre outros marcadores sociais.

2. O ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA NO BRASIL

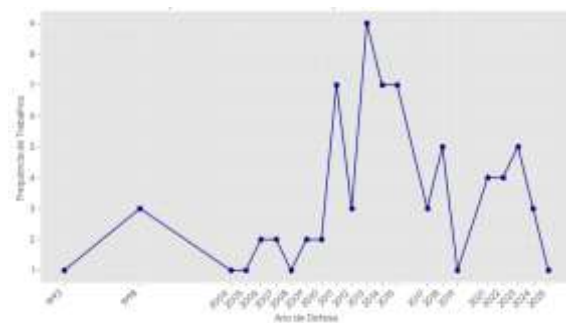
Nos propomos nesse momento apontar para a produção científica brasileira sobre o tema. Para isso procedemos com uma revisão do tipo estado da arte. Segundo Vosgerau e Romanowski (2014) um estudo de revisão possibilita que se examinem as contribuições das pesquisas sobre um tema dentro de uma área, campo ou disciplinas, podendo apontar tendências de investigação assim como necessidades de melhoria. As autoras classificam os estudos de revisão em duas categorias: as revisões que mapeiam, como as do tipo levantamento bibliográfico, revisão de literatura ou revisão bibliográfica, estado da arte e estudos bibliométricos, e as que avaliam e sintetizam, como revisão sistemática, integrativa, síntese de evidências qualitativas, dentre outras. (Vosgerau e Romanowski, 2014). Portanto, uma revisão do tipo estado da arte, em específico, se caracteriza como do tipo mapeamento, servindo a nós, pesquisadoras e pesquisadores, “como uma referência para a justificativa lacuna que a investigação que se pretende realizar poderá preencher, conforme encontramos nos trabalhos de Costa (2010), Pinheiro (2012) e Milani (2013)”. (Vosgerau e Romanowski, 2014, p. 173)

Nesse sentido, a partir do nosso objetivo que tem como tema os direitos humanos das mulheres com deficiência no Brasil pretendemos apresentar os resultados do mapeamento das dissertações e teses produzidas sobre o tema em nosso país e disponibilizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), plataforma online que reúne teses e dissertações de programas de pós-graduação de universidades e instituições de pesquisa do Brasil e também trabalhos de brasileiros defendidos no exterior. Utilizamos os seguintes descritores para as buscas: “mulheres and deficiência”, “mulher and deficiência”,

“mulheres deficientes” e “mulher deficiente”. Devido à especificidade do tema não delimitamos o período para a busca e chegamos a 155 teses e dissertações, defendidas entre 1985 e 2025, em distintas universidades públicas brasileiras. A partir do nosso objetivo e dos descritores apresentados após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos procedemos à exclusão i) daqueles que não tinham como foco questões de gênero e/ou ii) daqueles relacionados à saúde, nutrição, doença genética, carreira dentre outros temas em torno do sentido de deficiência como “falta, carência”, por exemplo de vitamina D, ácido fólico etc., sem nenhuma relação com nosso objetivo. Também foi excluído um trabalho cujo resumo ou texto completo não foi encontrado disponível na rede. Do mesmo modo, foram mantidos trabalhos que, mesmo não tendo explicitado no título, palavras-chaves e resumos as questões de gênero, trouxeram em seu conteúdo gênero como categoria, nos apresentando dados importantes que podem ser relacionados ao nosso interesse por entender o estado da arte das pesquisas sobre direitos humanos das mulheres com deficiência. Nessa etapa da exclusão nos restaram 71 trabalhos.

Embora os 69 trabalhos apresentem diferentes temas que, na sequência apresentaremos em categorias, todos têm como foco a Pessoa com Deficiência (PcD) e sua experiência de vida, considerando a luta por direitos, inclusão e representação social. Do ponto de vista das áreas de conhecimento em que estes trabalhos se inserem, identificamos que a grande maioria utiliza uma lente das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Direito, Educação e Estudos de Gênero), o que, dentro dos estudos da deficiência, significa dizer que não se limitam a descrever a condição clínica, mas sim como a sociedade e as interações humanas criam barreiras. Destacamos que muitos deles fazem uma crítica ao capacitismo e acenam para a expectativa de construção de uma inclusão real e de justiça social quando, ao abordar alguma forma de barreira (atitudinal, física, legal ou social), defendem a luta por direitos e pertencimento, seja no esporte, na família, no trabalho ou na sexualidade. Em suma, o elo comum é a investigação da deficiência como uma construção social e como uma questão de Direitos Humanos, e não primariamente como uma patologia individual. Os 69 trabalhos foram desenvolvidos em todas as regiões do país; são 42 instituições em 19 unidades federativas distintas, com uma concentração maior nos estados do Sudeste e Sul (12 e 11 respectivamente); o estado com menor número de trabalhos e instituições é o Norte (4). Estes trabalhos estão compreendidos entre os anos de 1993 e 2025, apresentando a seguinte frequência:

Gráfico 1 - Trabalhos publicados por ano



Fonte: elaboração própria (2025).

A visualização da frequência de trabalhos por ano revela que a produção começa baixa e mantém certa constância, até que a partir de 2012 inicia o aumento chegando ao pico mais alto 2013 e 2014, atingindo 9 trabalhos em cada um desses anos. Este período marca o auge da produção na sua amostra. Após 2014, a frequência cai, mas se mantém em uma média entre 4 e 5 trabalhos por ano, até 2023, quando a frequência torna a ficar mais baixa. É possível inferir que o motivo por que a produção tem esta alta entre 2013 e 2018 tem a ver com a promulgação e vigência de leis atentas às PcD.

A legislação que ampara as PcD, a partir da Constituição de 1988, que garante seus direitos, principalmente por meio do princípio da igualdade (art. 5º), proibindo a discriminação e estabelecendo a obrigação do Estado em assegurar a assistência, proteção e integração social, tem o seguinte histórico: Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, e o Decreto nº 3.298/99, que a regulamentou, consolidando as normas de proteção à pessoa com deficiência; Lei nº 8.213/91, que instituiu o programa de reabilitação profissional para pessoas com deficiência no âmbito da Previdência Social; Lei nº 10.098/00, que estabelece normas para a promoção da acessibilidade, e a Lei nº 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras); Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Somente em 2015 é promulgada a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esta vai detalhar os direitos garantidos constitucionalmente, e abranger as questões sobre acessibilidade, saúde, educação e proteção contra violência, negligência e exploração. Em relação à autoria dos trabalhos, consideramos se se trata de uma pessoa do sexo/gênero feminino/mulher ou

masculino/homem; esta análise se baseou na interpretação do nome próprio que figura nos trabalhos. Assim, temos a seguinte configuração:

Tabela 1 – Autoria dos trabalhos

Sexo/gênero da autoria	Número de trabalhos	Percentual
Feminino/mulher	60	87,00%
Masculino/homem	9	13,00%
Total	69	100,00%

Fonte: elaboração própria (2025).

Percebe-se que a esmagadora maioria dos trabalhos foi liderada por mulheres, o que é um padrão forte, especialmente em pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Saúde, como é o caso dos Estudos da Deficiência. Podemos dizer que a produção científica sobre deficiência, gênero e cuidado é liderada por mulheres, refletindo algo evidenciado por inúmeras pesquisas que apontam que as mulheres têm cada vez mais se destacado na pesquisa científica; segundo dados do relatório da Elsevier-Bori *Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil* (2024), entre 2002 e 2022, a proporção de pesquisadoras assinando publicações científicas no país saltou de 38% para 49%, o que colocou o Brasil na terceira posição de uma lista de 18 países mais União Europeia com maior participação feminina na ciência. Ainda há muitas lacunas nesse tema, porém o que nos interessa destacar é o interesse das mulheres em investigaram o tema da deficiência, em especial com o recorte de gênero.

Procedemos à etapa de análise do conteúdo dos trabalhos. Foi realizada a leitura de todos os títulos, palavras-chaves e resumos e foram elaboradas categorias de modo a sistematizar o conteúdo e aproximar os trabalhos. Chamamos “Categoria Temática Principal”, uma vez que, após aglutinar os trabalhos em cada uma delas, foi possível identificar “Subcategorias”. As categorias principais ficaram no número de oito (8): 1. Experiências e Subjetividades da Deficiência; 2. Gênero, Cuidado e Interseccionalidades; 3. Educação e Inclusão Escolar; 4. Políticas Públicas, Direitos e Justiça Social; 5. Trabalho, Profissão e Mercado; 6. Esporte, Corpo e Saúde; 7. Tecnologia, Acessibilidade e Inovação; 8. Representações Culturais e Midiáticas. A distribuição dos trabalhos aparece com a seguinte configuração:

Tabela 2 - Frequência dos trabalhos por Categorias

Categorias	Frequência
1. Experiências e Subjetividades da Deficiência	18
6. Esporte, Corpo e Saúde	11
3. Educação e Inclusão Escolar	10
4. Políticas Públicas, Direitos e Justiça Social	9
2. Gênero, Cuidado e Interseccionalidades	7
5. Trabalho, Profissão e Mercado	6
7. Tecnologia, Acessibilidade e Inovação	4
8. Representações Culturais e Midiáticas	4

Fonte: elaboração própria (2025).

A tabela 2 foi elaborada de modo a visualizarmos as categorias com maiores frequências primeiro; percebe-se que a categoria que diz respeito às experiências e subjetividades relacionados à condição de PcD aparece em primeiro lugar com 18 trabalhos nela incluídos. Isso nos leva a crer que o tema relacionado às questões de identidade, pertencimento, emoções, relações familiares, maternidade e sexualidade estão no primeiro plano. Na sequência as categorias que se destacam são aquelas relacionadas às condições físicas e de saúde, bem como à vida escolar e políticas públicas. Isso está diretamente ligado ao fato de as PcD estarem cada vez mais no foco quando se trata de luta por direitos e garantias, seja em suas individualidades e suas necessidades mais pessoais, como naquelas relacionadas à vida em sociedade, como é o caso quando falamos de educação escolar. A seguir apresentamos o quadro 1 no qual apresentamos as vinte e uma (21) subcategorias vinculadas à categorias principais:

Quadro 1 - Categorização dos trabalhos	
Categoria Temática Principal	Subcategoria
1. Experiências e Subjetividades da Deficiência	1.1 Identidade e pertencimento
	1.2 Emoções e corpo
	1.3 Família, maternidade e cuidado
	1.4 Sexualidade e afetividade
2. Gênero, Cuidado e Interseccionalidades	2.1 Divisão sexual e racial do trabalho de cuidado
	2.2 Mulheres com deficiência e trabalho
	2.3 Interseccionalidade (gênero, raça, classe, deficiência)
3. Educação e Inclusão Escolar	3.1 Formação de professores e pedagogias inclusivas
	3.2 Acessibilidade digital e tecnológica
	3.3 Currículo e práticas escolares inclusivas
4. Políticas Públicas, Direitos e Justiça Social	4.1 Políticas educacionais e de trabalho
	4.2 Ações afirmativas e leis de cotas
	4.3 Perspectiva anticapacitista e direitos humanos
5. Trabalho, Profissão e Mercado	5.1 Inserção e permanência no emprego
	5.2 Formação profissional e transição escola-trabalho
	5.3 Discriminação e barreiras no ambiente laboral
6. Esporte, Corpo e Saúde	6.1 Corpo e performance
	6.2 Saúde e reabilitação
7. Tecnologia, Acessibilidade e Inovação	7.1 Tecnologia assistiva/Acessibilidade digital
	7.2 Desenho universal e inovação
8. Representações Culturais e Midiáticas	8.1 Representações da deficiência/Cultura, estética e corpo

Fonte: elaboração própria (2025).

Dentre as subcategorias, a maior frequência de trabalhos está concentrada no item 1.3 Família, maternidade e cuidado, com 8 trabalhos, seguido do item 6.2 Saúde e reabilitação, com 7. Estes dados são interessantes uma vez que as categorias 1 e 6 concentram 42% de todos os trabalhos. Finalmente, elaboramos o quadro 2 para destacar a distribuição dos trabalhos nominalmente em cada categoria e subcategoria:

Quadro 2 - Categorização dos trabalhos

Categoria Temática Principal	Subcategoria	Títulos dos Trabalhos
1. Experiências e Subjetividades da Deficiência	1.1 Identidade e pertencimento	1. "Há uma rachadura em tudo, é assim que a luz entra": gramáticas emocionais, rupturas e transformações no processo de perda visual; 2. Cartografias existenciais de mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO); 3. Não somos diferentes das outras pessoas: a vida cotidiana de mulheres com deficiência mental contada por elas mesmas; 4. Sob o signo da sereia: a feminilidade na

		experiência de mulheres trans deficientes; 5. Atletas deficientes visuais sul-rio-grandenses nos jogos paralímpicos: cenários e memórias
	1.2 Emoções e corpo	6. Corpo deficiente e individuação: um olhar sobre pessoas com deficiência física adquirida a partir da psicoterapia breve de orientação junguiana; 7. Corpo e deficiência: espaços do desejo: reflexões sob(re) a perspectiva feminina
	1.3 Família, maternidade e cuidado	8. A experiência subjetiva de indivíduos que possuem irmãos com deficiência; 9. Pessoas com deficiência em Angola na narrativa familiar: coragens e lutas por reconhecimento; 10. Adoção da criança com deficiência: narrativas sobre a paixão pelo estranho; 11. Convivendo com a deficiência intelectual: percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de apoio; 12. Famílias, cuidados e deficiências: um estudo a partir de famílias de camadas médias de Porto Alegre; 13. Estratégias da família para garantir a independência da criança portadora de deficiência visual: subsídios para atuação da enfermagem; 14. A frente e o verso da trama: grupos vivenciais junguianos com mulheres que cuidam, esperam e criam nas rodas de artesanato; 15. Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?
	1.4 Sexualidade e afetividade	16. O corpo com paraplegia e tetraplegia adquirida: um estudo sobre sexualidade; 17. Estudo sobre a disfunção sexual de mulheres com lesão medular; 18. Sexualidade e deficiências: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas
2. Gênero, Cuidado e Interseccionalidades	2.1 Divisão sexual e racial do trabalho de cuidado	19. As repercussões do cuidado na vida de mães de crianças com deficiência: reflexões sobre deficiência e gênero; 20. Direito ao dever de cuidar: política de atenção às servidoras do magistério no município de Itumbiara, Goiás, no período de 2015 a 2020; 21. A participação feminina no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência visual
	2.2 Mulheres com deficiência e trabalho	22. A inserção sociolaboral da mulher com deficiência física no mercado de trabalho de Campina Grande: um estudo de caso; 23. As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís
	2.3 Interseccionalidade (gênero, raça, classe, deficiência)	24. Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência; 25. Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física
3. Educação e Inclusão Escolar	3.1 Formação de professores e pedagogias inclusivas	26. Formação continuada online de professores de educação física para a inclusão: forjando uma pedagogia descapacitista; 27. Saberes profissionais para o exercício da docência em química voltado à educação inclusiva; 28. “Nada na nossa vida acontece por acaso”: professoras do atendimento educacional especializado (AEE) e suas experiências com os estudantes com deficiência intelectual em Ipirá-BA.; 29. O encontro afetivo em sala de aula: um estudo com professoras de alunos com deficiência mental
	3.2 Acessibilidade digital e	30. Inclusão, participação e acessibilidade digital para a pessoa com deficiência

	tecnológica	
	3.3 Currículo e práticas escolares inclusivas	31. Desenho Universal para a Aprendizagem de Pessoas com Deficiência Intelectual; 32. Experiências inclusivas na educação de jovens e adultos em um município do interior paulista; 33. Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA; 34. História de vida de uma aluna com baixa visão: construção de itinerários de aprendizagem em Cursos Técnicos Agrícolas; 35. Conhecimento e percepção de escolares com baixa visão sobre sua condição visual, uso de recurso de tecnologia assistiva e expectativas em relação ao futuro
4. Políticas Públicas, Direitos e Justiça Social	4.1 Políticas educacionais e de trabalho	36. O direito à mobilidade na cidade: mulheres, crianças, idosos e deficientes; 37. Da exclusão aos direitos. Dos direitos às garantias: um estudo sobre as garantias do direito ao trabalho das pessoas com deficiência
	4.2 Ações afirmativas e leis de cotas	38. Reflexos da lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência nas licitações e contratos administrativos: a obediência ao percentual de contratação da lei nº 8.213/1991 como imposição legislativa estatal efetivamente inclusiva; 39. O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa
	4.3 Perspectiva anticapacitista e direitos humanos	40. Desigualdade e pobreza: análise da condição de vida da pessoa com deficiência a partir dos indicadores sociais brasileiros; 41. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e justiça: novos contornos das necessidades humanas para a proteção social dos países signatários; 42. Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes; 43. A luta anticapacitista na Universidade: revendo conceitos de deficiência; 44. Próxima parada Nova Iguaçu: (i)mobilidade, (in)acessibilidade e (ex)inclusão social urbanas no transporte público coletivo intramunicipal na percepção das pessoas com deficiência
5. Trabalho, Profissão e Mercado	5.1 Inserção e permanência no emprego	45. Inclusão em perspectiva: será a escola a “ponte” entre a pessoa com deficiência e o mundo trabalho?; 46. Ser profissional de saúde com deficiência no ambiente hospitalar; 47. Qualidade de vida no trabalho de pessoa com deficiência: um estudo de múltiplos casos no setor industrial da cidade de Ponta Grossa; 48. Qualificação profissional de pessoas com deficiência para inserção no mercado de trabalho em Fortaleza
	5.2 Formação profissional e transição escola-trabalho	49. Inserção social universitária: uma leitura psicodramática
	5.3 Discriminação e barreiras no ambiente laboral	50. As concepções de jovens e adultos com deficiência intelectual sobre o mercado de trabalho e as TIC

6. Esporte, Corpo e Saúde	6.1 Corpo e performance	51. Epidemiologia de problemas de saúde e avaliação periódica no esporte paralímpico; 52. A trajetória de mulheres paralímpicas brasileiras a partir dos estudos feministas da deficiência; 53. Atletas paraolímpicas: figurações e sociedade contemporânea; 54. Análise dos fatores que influenciam a qualidade de vida de atletas paraolímpicos em ambientes de treinamento e competição
	6.2 Saúde e reabilitação	55. Estado de saúde, prática de atividade física e composição corporal em mulheres com deficiência visual no climatério e pós-menopausa; 56. Prevalência de deficiências e estado de saúde dos deficientes: inquéritos de saúde de base populacional realizado em municípios do Estado de São Paulo; 57. Qualidade de vida de adultos com deficiência visual da Grande Florianópolis; 58. Perfil epidemiológico da pessoa com deficiência física residente em Florianópolis; 59. Saúde Mental e Saúde da Pessoa com Deficiência: Estudo do Processo de Incorporação de Assistência pelos Serviços Municipais de Saúde numa Região do Município de São Paulo (1989-1995); 60. Sexualidade de mulheres com deficiência adquirida: enfermagem na promoção da saúde e empoderamento; 61. Concepções e atitudes de graduandos e profissionais de fisioterapia em relação à deficiência
7. Tecnologia, Acessibilidade e Inovação	7.1 Tecnologia assistiva/Acessibilidade digital	62. Validação de tecnologia assistiva para a deficiente visual: utilização do preservativo feminino; 63. O design de equipamentos de tecnologia assistiva como auxílio no desempenho das atividades de vida diária de idosos e pessoas como deficiência, socialmente institucionalizados; 64. Ambientes virtuais para auxiliar o desenvolvimento da cognição espacial em cegos: uma abordagem com interação natural
	7.2 Desenho universal e inovação	65. Design universal de código de cores tátil: contribuição de acessibilidade para pessoas com deficiência visual
8. Representações Culturais e Midiáticas	8.1 Representações da deficiência/Cultura, estética e corpo	66. Vilãs ressentidas ou heroínas improváveis?: o ethos da mulher com deficiência em telenovelas brasileiras; 67. Sentidos e significados de deficiência e sexualidade nas mídias sociais; 68. As representações da deficiência física na telenovela "Viver a vida". Uma etnografia de tela da intimidade: cuidado, corpo e sexualidade; 69. Representações sociais de mulheres deficientes visuais: implicações no âmbito da vivência cotidiana

Fonte: elaboração própria (2025).

O conjunto de trabalhos analisados apresenta uma amostra representativa da produção acadêmica brasileira recente sobre deficiência, com o foco em gênero e em estudos que privilegiam falar de mulheres. A leitura aqui proposta parte da perspectiva dos Direitos Humanos entendidos como campo ético, político e jurídico comprometido com a dignidade, a igualdade e a inclusão. Nos trabalhos analisados, os Direitos Humanos emergem de modo explícito em pesquisas que tratam diretamente de políticas públicas, justiça social, acessibilidade e legislação. Nesse caso, tomamos “Direitos Humanos” como eixo, e

assinalamos os trabalhos que tratam diretamente de dignidade, igualdade, não discriminação, participação, acesso a saúde/educação/trabalho/cidade, autonomia corporal, reconhecimento e justiça social. Por outro lado, mesmo quando o eixo não aparece, podemos perceber sua presença implícita com debates sobre capacitismo/anticapacitismo, interseccionalidade, cidadania e proteção social (com ênfase em gênero). Trabalhos como por exemplo 55. “Estado de saúde, prática de atividade física e composição corporal em mulheres com deficiência visual no climatério e pós-menopausa” indica lacunas em políticas de saúde para mulheres com deficiência, relacionando direito à saúde e equidade de gênero.

De modo sumário podemos dizer que o conjunto, lido pela chave dos Direitos Humanos das Mulheres, mostra: (i) forte ênfase em educação, trabalho, saúde e acessibilidade; (ii) avanços na crítica ao capacitismo e na construção de agência política; e (iii) lacunas persistentes em violência de gênero, justiça reprodutiva, participação política e abordagens interseccionais robustas para mulheres com deficiência. Em termos de política pública, a passagem do reconhecimento à garantia efetiva de direitos (com orçamento, monitoramento e responsabilização) segue como o eixo decisivo para transformar o discurso inclusivo em justiça social concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos 69 trabalhos revela um multifacetado da produção acadêmica sobre deficiência no Brasil, em que a abordagem da temática se amplia para além da dimensão biomédica e passa a integrar aspectos políticos, culturais e subjetivos. Ainda que nem todas as pesquisas utilizem explicitamente Direitos Humanos como eixo, nota-se que quase todas expressam, de forma difusa e transversal, valores fundantes desse campo — dignidade, igualdade, autonomia, solidariedade e justiça social. As produções que discutem políticas públicas, inclusão educacional e acessibilidade digital reforçam a dimensão institucional e normativa dos direitos humanos, evidenciando o papel do Estado e das políticas afirmativas na redução das desigualdades. Já os trabalhos que abordam o corpo, o cuidado, a afetividade e as identidades revelam a dimensão subjetiva e cultural desses direitos, afirmando o valor das experiências e dos afetos como territórios políticos de resistência.

Em conjunto, o corpus analisado constrói um panorama comprometido com a causa, que reconhece a diferença como princípio ético e político e enfrenta as múltiplas formas de violência e exclusão capacitista. No entanto, a leitura crítica também aponta lacunas

persistentes: ainda é incipiente o debate interseccional sobre gênero, raça, classe e território no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres com deficiência. Essas ausências indicam a urgência de aprofundamento da perspectiva feminista, anticapacitista e latino-americana, de modo a consolidar uma agenda de pesquisa e ação política que una ciência, ética e transformação social, reafirmando a deficiência como uma questão central dos direitos humanos, da democracia e da justiça social no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ministério da Justiça e Cidadania Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2016.

BORI; ELSEVIER. EM DIREÇÃO À EQUIDADE DE GÊNERO NA PESQUISA NO **BRASIL:** relatório BORI-Elsevier #4. São Paulo: BORI & Elsevier, mar. 2024. Disponível em: https://abori.com.br/wp-content/uploads/2024/03/ELSEVIER_BORI_gender-website-word-file-20240318-20240528.pdf Acesso em: 1 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). CENSO DEMOGRÁFICO 2022: análise dos resultados — pessoas com deficiência (dados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv102178.pdf> Acesso em: 1 jul. 2025.

SILVA, Salete Maria da. **DIREITOS HUMANOS E(M) PERSPECTIVA DE GÊNERO:** relato de uma experiência docente e feminista no ensino superior. In: **SILVA,** Adalene Ferreira Figueiredo da; **CAMPOS,** Carmen Hein de; **PADÃO,** Jacqueline; **SILVA,** Paula Franciele da (Orgs.). Gênero e Direitos Humanos: perspectivas múltiplas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 11-35.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que são direitos humanos das mulheres. 1. ed. ebook. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. (Coleção Primeiros Passos)

VOSGERAU, Dilmeire S. R.; **ROMANOWSKI**, Joana P. **ESTUDOS DE REVISÃO:** implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educacional, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 165–189, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317> Acesso em: 6 out. 2025.